

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.625 - MS (2019/0003304-1)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PROCURADORE : **CARINA SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MS004748**
S

EIMAR SOUZA SCHRÖDER ROSA - MS006032
SÉRGIO WILIAN ANNIBAL - MS005498
AGRAVADO : **LENI SANTOS DUARTE**
AGRAVADO : **LENIS LEMES**
AGRAVADO : **LEONICE DE FATIMA BORGES GOMES DE ARRUDA**
AGRAVADO : **LIDIA DA SILVA**
AGRAVADO : **LIDIA DA SILVA**
AGRAVADO : **LIDIA DA SILVA**
AGRAVADO : **LIDIA DA SILVA**
AGRAVADO : **LEVI SILVERIO SAVALIO**
ADVOGADOS : **JOÃO JOSÉ DE SOUZA LEITE E OUTRO(S) - MS001597**
MARTA DO CARMO TAQUES - MS003245
RICARDO AUGUSTO CAÇÃO PINTO - MS009006
MARIA TERESA DELALIBERA LEITE - MS018851

DESPACHO

Foi a mim distribuído o primeiro recurso sobre a execução de sentença proferida em ação coletiva que beneficiou servidores do Estado do Mato Grosso do Sul, ocasionando a distribuição, por prevenção, de centenas de feitos. Em outros, fui instado por ministros da Primeira Seção, então relatores dos processos, acerca do tema, após o que foram para mim redistribuídos.

Ocorre que o entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que a execução individual genérica de sentença condenatória proferida em julgamento de ação coletiva não gera a prevenção do Juízo, devendo o respectivo recurso submeter-se à livre distribuição. Vejam-se: REsp 1474851/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 04/11/2016; AgRg no REsp 1432236/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 23/05/2014.

Assim sendo, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar o retorno dos autos à Secretaria Judiciária para que o presente recurso seja distribuído aleatoriamente entre os Ministros das Turmas que integram a Primeira Seção.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

